

GABINETE DO VEREADOR RODRIGO GUEDES

PROJETO DE LEI N. 038/2024

ALTERA o caput, do artigo 1º, da Lei nº 485, de 7 de maio de 2021, e dá outras providências.

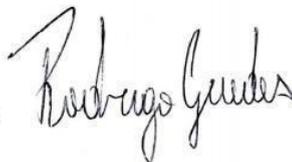
Art. 1º. A Lei nº 485, de 7 de maio de 2021 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica proibida a distribuição e a comercialização de sacolas plásticas, salvo as biodegradáveis aos consumidores para o acondicionamento e transporte de mercadorias adquiridas em estabelecimentos comerciais no município de Manaus.

(...)

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor após decorridos 120 (cento e vinte) dias de sua publicação oficial.

Plenário Adriano Jorge, 05 de fevereiro de 2024.



RODRIGO GUEDES
Vereador – Podemos

GABINETE DO VEREADOR RODRIGO GUEDES

JUSTIFICATIVA

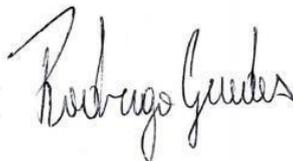
O Projeto de Lei que aqui se apresenta visa solucionar um problema a mais para os consumidores causado com a vigência da Lei nº 485, de 7 de maio de 2021, que agora terão que pagar pelas sacolas fornecidas pelos estabelecimentos comerciais.

Antes de sua vigência, o valor das sacolas plásticas já era repassado aos consumidores, vez que já estava embutido nos preços das mercadorias, assim como os custos de energia, limpeza, segurança, transporte, etc.

Com o presente projeto de lei, os estabelecimentos comerciais somente poderão cobrar pelas sacolas biodegradáveis, ou seja, aquelas que não prejudicam o meio ambiente uma, vez que elas se deterioram ao longo do tempo.

Por todo o exposto, submeto este Projeto de Lei à análise e apreciação desta Augusta Casa Legislativa para a tramitação de praxe e diante do interesse público e local abrangido pela questão conto com o apoio dos meus íncritos pares para posterior aprovação.

Plenário Adriano Jorge, 05 de fevereiro de 2024.



RODRIGO GUEDES
Vereador – Podemos

GABINETE DO VEREADOR RODRIGO GUEDES



CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS DIRETORIA LEGISLATIVA

FAÇO saber que a Câmara Municipal de Manaus aprovou, e eu PROMULGO, nos termos dos artigos 45, inciso II; 65, § 8.º, da Lei Orgânica do Município de Manaus; e artigo 228, §§ 1.º e 2.º, do Regimento Interno:

LEI N. 485, DE 7 DE MAIO DE 2021 (DOLM 10.05.2021 – N. 1449 – Ano VIII)

DISPÕE sobre a proibição da distribuição gratuita de sacolas plásticas em estabelecimentos comerciais no município de Manaus, com a finalidade de estimular o uso de sacolas reutilizáveis que não prejudiquem o meio ambiente, e dá outras providências.

Art. 1.º Fica proibida a distribuição gratuita de sacolas plásticas para os consumidores para o acondicionamento e transporte de mercadorias adquiridas em estabelecimentos comerciais no município de Manaus.

Parágrafo único. Os estabelecimentos comerciais devem estimular o uso de sacolas reutilizáveis, assim consideradas aquelas que sejam confeccionadas com material resistente e que suportem o acondicionamento e transporte de produtos e mercadorias em geral.

Art. 2.º Os estabelecimentos comerciais de que trata o art. 1.º ficam obrigados a afixar placas informativas, com as dimensões de 40 cm x 40 cm, junto aos locais de embalagem de produtos e caixas registradoras, com o seguinte teor: "POUPE RECURSOS NATURAIS! USE SACOLAS REUTILIZÁVEIS".

Art. 3.º O disposto nos artigos 1.º e 2.º desta Lei deverá ser implementado até 30 de setembro de 2021.

Art. 4.º O disposto nesta Lei não se aplica:

- I – às embalagens originais das mercadorias;
- II – às embalagens de produtos alimentícios vendidos a granel; e
- III – às embalagens de produtos alimentícios que vertam água.

Art. 5.º Os fabricantes, distribuidores e estabelecimentos comerciais ficam proibidos de inserir em sacolas plásticas para o acondicionamento e transporte de mercadorias a rotulagem degradáveis, assim como as terminologias oxidegradáveis, oxibiodegradáveis, fotodegradáveis e biodegradáveis, e mensagens que indiquem suposta vantagem ecológica de tais produtos.

Art. 6.º O descumprimento das disposições contidas nesta Lei sujeitará o infrator às penalidades previstas na Lei Federal n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, na Lei Municipal n. 605, de 24 de julho de 2001 (Código Ambiental de Manaus), e na legislação municipal de regência.



GABINETE DO VEREADOR RODRIGO GUEDES

Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo

GABINETE DO VEREADOR RODRIGO GUEDES



CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS DIRETORIA LEGISLATIVA

Art. 7.º O Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no que couber.

Art. 8.º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas apenas se necessário.

Art. 9.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 7 de maio de 2021.

Ver. DAVID VALENTE REIS
Presidente

Ver. WALLACE FERNANDES OLIVEIRA
1.º Vice-Presidente

Ver. DIEGO ROBERTO AFONSO
2.º Vice-Presidente

Ver. CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA
3.º Vice-Presidente

Ver.ª CARMEM GLÓRIA ALMEIDA CARRATTE
Secretária-Geral

Ver. ELISSANDRO AMORIM BESSA
1.º Secretário

Ver. EDUARDO ASSUNÇÃO ALFAIA
2.º Secretário

Ver. JOÃO CARLOS DOS SANTOS MELLO
3.º Secretário

Ver. JAILDO DE OLIVEIRA SILVA
Corregedor

Ver. AMOM MANDEL LINS FILHO
Ouvidor

Este texto não substitui o publicado no e-DOLM de 10.05.2021 – Edição n. 1449 – Ano VIII

GABINETE DO VEREADOR RODRIGO GUEDES

 CÂMARA MUNICIPAL DE Manaus	Diário Oficial Eletrônico Legislativo Municipal	 CÂMARA ISO 9001
Manaus, segunda-feira 10 de maio de 2021		Ano VIII, Edição 1449 - R\$ 1,00

Poder Legislativo

FAÇO saber que a Câmara Municipal de Manaus aprovou, e eu PROMULGO, nos termos dos artigos 45, inciso II; 65, § 8.º, da Lei Orgânica do Município de Manaus; e artigo 228, §§ 1.º e 2.º, do Regimento Interno:

LEI N. 485, DE 7 DE MAIO DE 2021

DISPÕE sobre a proibição da distribuição gratuita de sacolas plásticas em estabelecimentos comerciais no município de Manaus, com a finalidade de estimular o uso de sacolas reutilizáveis que não prejudiquem o meio ambiente, e dá outras providências.

Art. 1.º Fica proibida a distribuição gratuita de sacolas plásticas para os consumidores para o acondicionamento e transporte de mercadorias adquiridas em estabelecimentos comerciais no município de Manaus.

Parágrafo único. Os estabelecimentos comerciais devem estimular o uso de sacolas reutilizáveis, assim consideradas aquelas que sejam confeccionadas com material resistente e que suportem o acondicionamento e transporte de produtos e mercadorias em geral.

Art. 2.º Os estabelecimentos comerciais de que trata o art. 1.º ficam obrigados a afixar placas informativas, com as dimensões de 40 cm x 40 cm, junto aos locais de embalagem de produtos e caixas registradoras, com o seguinte teor: "POUPE RECURSOS NATURAIS! USE SACOLAS REUTILIZÁVEIS".

Art. 3.º O disposto nos artigos 1.º e 2.º desta Lei deverá ser implementado até 30 de setembro de 2021.

Art. 4.º O disposto nesta Lei não se aplica:

- I – às embalagens originais das mercadorias;
- II – às embalagens de produtos alimentícios vendidos a granel; e
- III – às embalagens de produtos alimentícios que vertam água.

Art. 5.º Os fabricantes, distribuidores e estabelecimentos comerciais ficam proibidos de inserir em sacolas plásticas para o acondicionamento e transporte de mercadorias a rotulagem degradáveis, assim como as terminologias oxidegradáveis, oxibiodegradáveis, fotodegradáveis e biodegradáveis, e mensagens que indiquem suposta vantagem ecológica de tais produtos.

Art. 6.º O descumprimento das disposições contidas nesta Lei sujeitará o infrator às penalidades previstas na Lei Federal n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, na Lei Municipal n. 605, de 24 de julho de 2001 (Código Ambiental de Manaus), e na legislação municipal de regência.

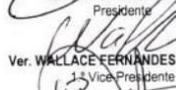
Art. 7.º O Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no que couber.

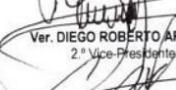
Art. 8.º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas apenas se necessário.

Art. 9.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 7 de maio de 2021.

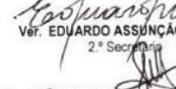

Ver. DAVID VALENTE REIS
Presidente

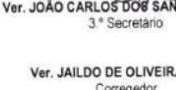

Ver. WALLACE FERREIRAS OLIVEIRA
1.º Vice-Presidente


Ver. DIEGO ROBERTO AFONSO
2.º Vice-Presidente


Ver. CAIO ANDRE PINHEIRO DE OLIVEIRA
3.º Vice-Presidente


Ver. CARMEM GLORIA ALMEIDA CARRATTE
Secretaria-Geral


Ver. ELISSANDRO AMORIM BESSA
1.º Secretário


Ver. EDUARDO ASSUNÇÃO ALFAIA
2.º Secretário


Ver. JOÃO CARLOS DOS SANTOS MELLO
3.º Secretário


Ver. JAILDO DE OLIVEIRA SILVA
Corregedor


Ver. AMOM MANDEL LINS FILHO
Ouvidor